



Confederação Nacional  
das Instituições de  
Solidariedade

# Relatório e Contas

## 2015

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA/AÇÃO	AVALIAÇÃO
<p><b>I. Representar as IPSS, promover as negociações com as entidades do poder central e local indispensáveis ao prosseguimento articulado das suas ações.</b></p>	<p>I.1 – Promover a IX Festa e Chama da Solidariedade</p>	<p>A Festa da Solidariedade realizou-se em Évora, em que participaram 14 IPSS e cerca de 1500 participantes. A Chama da Solidariedade partiu do Porto (UDIPSS) e foi entregue à UDIPSS de Portalegre que entregou à UDIPSS de Évora</p>
	<p>I.2 – Assinalar o dia da CNIS (15 janeiro)</p>	<p>Nada a assinalar</p>
	<p>I.3 – Centro de Estudos Sociais - Reflexão e produção de documentos sobre temas de interesse para o setor solidário, nomeadamente nas áreas da Educação, Desenvolvimento e Saúde</p>	<p>O CES reuniu a 15 dezembro de 2015. Foram convidados todos os membros que integravam o CES, tendo os ausentes justificado. O CES será coordenado pelo P. José Batista, que esteve presente assim como P. Lino Maia, Acácio Catarino, Carlos Batalha, Custódio Oliveira, Canaveira Campos, Palmira Macedo, João Dias e Filomena Bordalo. Ficou assumido que a reflexão não pode ficar circunscrita ao CES, mas antes envolver/comprometer mais pessoas de modo a que para o aprofundamento dos temas se exercite a escuta, ativa e múltipla. Foram identificadas palavras/ideias chave, em redor das quais se iniciou a reflexão, nomeadamente Imaterialidade, Sustentabilidade, Estratégia/relação, Resiliência, Desenvolvimento local/prevenção, Novos desafios, Identidade e autonomia Cada um dos membros presentes do CES irá aprofundar um dos temas acima referido, prevendo-se a sua publicação no Jornal Solidariedade.</p>
	<p>I.4 – Acompanhamento da aplicação do Protocolo de Cooperação 2015 e elaboração de proposta para os anos seguintes</p>	<p>Da iniciativa da CNIS foram promovidas ações de esclarecimento do Compromisso de Cooperação, ao Conselho Geral, Assembleia Geral e IPSS. (Ver Ação II.3) A CNIS também participou em iniciativas promovidas por UDIPSS. Igualmente foram promovidas sessões de esclarecimento das IPSS sobre documentos normativas, entretanto elaborados. Foi apresentado mensalmente nas reuniões de Direção o ponto da situação da operacionalização do Compromisso de Cooperação, assim como nas reuniões do Conselho Geral. Esta avaliação mensal serviu de suporte à Comissão Permanente do Setor Solidário Foi elaborado Memorandum para apresentar ao actual Governo</p>
	<p>I.5 - Promover e defender os interesses das IPSS na área da sustentabilidade propondo e negociando medidas de apoio financeiro tendo em vista o equilíbrio financeiro das instituições</p>	<p>Realização de workshop em Évora (8 de junho) sobre “Sustentabilidade em IPSS”. Estiveram presentes 48 participantes que representavam 29 IPSS.</p>

	<p>I.6 – Concretizar e monitorizar o Protocolo de Cooperação celebrado em 2013, entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses, CNIS, União das Misericórdias e União das Mutualidades</p>	<p>A assinatura do Compromisso de Cooperação 2015-2016 veio reconhecer e de alguma forma assumir o Protocolo de Cooperação assinado em 2013, entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses, CNIS, União das Misericórdias e União das Mutualidades. Os trabalhos prosseguiram no âmbito do Compromisso, nomeadamente no que respeita à articulação das Redes do Pré-escolar e da definição dos custos.</p>
	<p>I.7 – Concretizar e monitorizar a articulação com a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), Administrações Regionais de Saúde (ARS), Centros de Saúde, Unidades de Saúde Familiares (USF) e Unidades Locais de Saúde (ULS) em ordem à garantia de acesso aos cuidados médicos prestados no âmbito do Sistema Nacional de Saúde aos utentes em Estrutura Residencial para Idosos, Lar Residencial, Lar de Apoio, Lar de Crianças e Jovens e Casas de Acolhimento Temporário</p>	<p>Através do Compromisso de Cooperação 2015-2016, nas cláusulas II do Anexo II foi assumida esta ação.</p>
	<p>I.8 – Promover iniciativas que evidenciem as boas práticas da ação das IPSS para a conciliação da vida familiar com a vida profissional e valorização das competências parentais</p>	<p>Em colaboração com a Universidade do Minho – Prof.ª Teresa Sarmento e Prof.ª Maria Cristina Parente – e 6 IPSS com a resposta social de Creche procedeu-se à reflexão sobre o envolvimento dos pais nas dinâmicas educativas da creche como modalidade de formação parental, da promoção de práticas educativas familiares, da conciliação trabalho-vida familiar, da organização do tempo em Creche, das relações interpessoais. Para 2016 estas e outras reflexões, assim como as boas práticas, serão publicadas em Livro.</p>
	<p>I.9 – “IPSS amigas do Envelhecimento Ativo”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação e acompanhamento da aplicação do Guião para implementação de iniciativas/práticas para um Envelhecimento Ativo</li> </ul>	<p>Elaboração do Guião e da lista de verificações nas áreas da saúde e bem-estar, apoio psicossocial, ambiente institucional, inclusão e participação e redes de socialização. Estabelecido contacto com a OMS, na pessoa do Dr. John Béard, no sentido da articulação daquele organismo para este projeto.</p>
<p><b>II. Apoiar as IPSS no exercício da sua missão solidária a fim de assegurarem a intervenção de proximidade com qualidade, inovação e sustentabilidade</b></p>	<p>II.1 – Área da informação e dos media</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuidade do desenvolvimento das contas-satélites de emprego por distrito</li> <li>• Incentivar a inovação dos processos e meios de comunicação existentes, no que diz respeito à alimentação dos sites das uniões de nível regional</li> <li>• Promover o incentivo à utilização das novas tecnologias de comunicação como por exemplo, a videoconferência</li> </ul>	<p>Ação não realizada</p> <p>Deu-se continuidade ao incentivo das uniões para a utilização da plataforma do conjunto de sites das Uniões promovida pela CNIS. No entanto, tem-se verificado que a grande maioria das UDIPSS prefere a utilização de sites próprios.</p> <p>Esta faz parte da alteração do website (portal) da CNIS já existindo o projeto e planeamento para o seu funcionamento, e que deverá acontecer no 1.º trimestre de 2016.</p>

	<p>II.2 - Criação de uma plataforma interativa facilitadora da articulação entre Instituições e promotora de debates e de troca de experiências e conhecimentos</p>	<p>Conforme acontece com a ação II.1, esta plataforma irá fazer parte do novo website (portal) da CNIS com início de funcionamento previsto para o 1.º trimestre de 2016.</p>
	<p>II.3 - Promover sessões explicativas do Protocolo de Cooperação para 2015</p>	<p>Da iniciativa da CNIS foram promovidas 3 sessões – Coimbra, Vila Real e Évora – que contaram com a participação de 653 representantes de 318 IPSS. Promovidas pelas Uniões realizaram-se sessões em Braga, Guarda, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo e Viseu com a participação de 1599 representantes de 1149 IPSS</p>
	<p>II.4 – Realização de 24 Encontros/Seminários temáticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde</li> <li>• Deficiência</li> <li>• Educação - divulgação do Relatório Anual do Conselho Nacional de Educação “Estado da Educação 2013”</li> <li>• Medidas ativas de emprego/Inclusão Social</li> <li>• Promoção/Proteção/Acolhimento de Crianças e Jovens</li> </ul>	<p><b>No total foram realizados 37 encontros/seminários sobre os temas abaixo indicados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A 18 de junho – encontro com IPSS com respostas no âmbito do Despacho Conjunto 407/98, de 15 de maio, que contou com 35 participantes que representavam 17 IPSS.</li> </ul> <p><b>Deficiência e Educação</b> – não foram realizadas quaisquer ações sobre estes temas específicos</p> <p><b>Medidas ativas de emprego/Inclusão Social</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação do Dr. Eleutério Alves e do Pe. Lino Maia na Jornada Hispano-Portuguesa “La Economía Social como Motor de Creación de Empleo”, Murcia - 20 de Julho. Através de um Memorando assinado entre os governos de Espanha e Portugal que teve o objetivo de impulsionar ações conjuntas para o fomento da Economia Social foi realizada esta Jornada com o intuito de colocar em comum as políticas que mais se destacam ao nível do impulso da Economia Social em ambos os países, bem como apresentar os casos de Boas Práticas e de êxito, assim como dar resposta às questões, que no contexto económico atual emergem nestes setor.</li> <li>• Cinco Reuniões em Lisboa com o grupo de trabalho ES-JOVEM, promovido pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social no sentido da construção de um <i>flyer</i> e de uma brochura, a concluir, que serão o suporte de ações futuras a desenvolver no âmbito do incentivo, esclarecimento e ajuda à <b>criação do próprio emprego</b>, na área social, sobretudo junto do público mais jovem.</li> </ul> <p><b>Promoção/Proteção/Acolhimento de Crianças e Jovens</b> - não foram realizadas quaisquer ações sobre estes temas específicos, devido ao atraso da publicação da legislação sobre a proteção e acolhimento de crianças e jovens.</p> <p style="text-align: center;"><b>Outros temas</b></p> <p><b>Impactes Económico e social das IPSS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação pública (21 de abril) dos quatro estudos de caso efetuados nos concelhos de Idanha-a-Nova, Macedo de Cavaleiros, Montijo e Peniche. O promotor deste estudo foi a CNIS, a entidade financiadora foi a Fundação Millennium e a execução e coordenação científica foi da responsabilidade da IPI consulting network.</li> </ul> <p><b>Desenvolvimento local e IPSS</b></p>



		<ul style="list-style-type: none"> <li>Seminário realizado a 27 junho 2015 em que participaram 96 pessoas em representação de 60 IPSS</li> </ul> <p><b>IPSS e o Serviço de Apoio Domiciliário</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de 2 encontros a 28 e 30 de Julho respetivamente em Vila do Conde e Tomar, que no total abrangeram 461 participantes em representação de 220 IPSS</li> </ul> <p><b>Regulamentos Internos de Funcionamento e Contratos de Prestação de Serviço</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Realizadas 3 sessões de esclarecimento às IPSS em Fátima, Maia e Grândola que abrangeram 764 participantes em representação de 373 Instituições.</li> </ul> <p><b>As IPSS e os Fundos Estruturais Europeus</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de 3 Seminários Temáticos no âmbito dos Programas Operacionais Regionais e em parceria com as CCDR no continente e o Instituto de Desenvolvimento Regional na Região Autónoma da Madeira com o objetivo de identificar as oportunidades de financiamento das IPSS no âmbito dos Programas Regionais: Faro (27 de Junho) com a presença de cerca de 250 pessoas; Évora (24 de Julho) com 290 participantes; Madeira (3 de Novembro) com a presença de 176 participantes, num total 716 participantes.</li> </ul> <p>Esta proposta não foi acolhida pelas CCDR de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro, continuando-se a aguardar a marcação da data para a realização do seminário no Norte.</p> <p><b>Oportunidades de Financiamento Eficiência Energética</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de 7 ações vocacionadas para as IPSS, cujo objetivo foi divulgar os financiamentos a projetos nas áreas da "Eficiência Energética", "Energias Renováveis" e "Auditorias Energéticas". Nos seguintes locais: Viseu, Guarda, Vila Real, Bragança, Coimbra, Évora e Faro, nos dias 13,18,19 e 24 de Novembro e 2 e 3 de Dezembro respetivamente, onde participaram 266 pessoas. Estas ações foram realizadas em parceria com o ISQ (Instituto da Soldadura e da Qualidade) e as sessões de abertura foram efetuadas pelos presidentes das respetivas Uniões Distritais.</li> <li>Realização em Fátima de um Seminário sobre o tema da Eficiência Energética em parceria com a APCER.</li> </ul> <p><b>As IPSS/ações inspetivas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de 17 sessões de informação / formação na Região Norte em que estiveram presentes 344 instituições e 737 participantes - Viana do Castelo (1), Mirandela (2), Braga (5) e Porto (9) (GAT)</li> </ul> <p><b>Portugal 2020</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Dinamização das sessões de <i>brainstorming</i> e recolha de contributos das Uniões Distritais no âmbito da operacionalização da Rede Operacional Técnica de Apoio ao Setor Solidário – ROTASS, nomeadamente para a elaboração da candidatura, realizado a 9 de Julho, com</li> </ul>
--	--	---

		a presença de representantes de todas as Uniões Distritais e as Federações associadas da CNIS
II.5 – Recolha, junto das IPSS, de dados relativos ao emprego e outros indicadores relacionados e o seu tratamento		Ação não realizada. Não houve continuidade ao trabalho efetuado neste âmbito em 2014.
II.6 – Conceção, elaboração e divulgação de documentos técnicos respeitantes aos temas assinalados na Ação II.4		Em sede de CNAAPAC foram elaboradas as FAQ relativas ao SAD, que serviram de apoio às sessões de esclarecimento. Iguamente foram elaboradas as FAQ relativas às Circulares n.º 4 e 5 da DGSS. Elaboração de modelos de Regulamentos Internos e de Contratos de Prestação de Serviços das respostas sociais: ERPI, SAD, Centro de Dia, Creche, Pré-escolar, Lar Residencial
II.7 - Levantamento, junto das IPSS, das problemáticas existentes na área da saúde e agir em conformidade		Esta ação terá continuidade em 2016, criadas que estão as melhores condições de enquadramento pela celebração dos Protocolos de Colaboração com a Direção Geral de Saúde e com a Universidade de Évora.
II.8 – Participação na revisão das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar e nas sessões de informação/formação para os Educadores		Em termos de avaliação estas ações estão associadas. As iniciativas programadas pela DGE e ISS, nas quais a CNIS iria participar, não tiveram sequência;
II.9 – Participação na revisão das Orientações Pedagógicas para a Creche e nas sessões de informação/formação para os Educadores		as oficinas de formação sobre as orientações pedagógicas e curriculares previstas foram desmarcadas
II.10 - Participação no grupo de trabalho para a regulamentação das respostas sociais: <b>Área da Infância e Juventude</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apartamento de autonomia</li> <li>• Centro de Atividades de Tempos Livres</li> <li>• Lar de Infância e Juventude e Casa de Acolhimento Temporário (dependente da revisão da Lei de Promoção e Proteção)</li> </ul> <b>Área da Família e Comunidade</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro de Alojamento Temporário (sem abrigo)</li> <li>• Comunidade de inserção</li> </ul>		<b>Área da Infância e Juventude</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Foi elaborado o projeto de Portaria de regulamentação do CATL;</li> <li>• As restantes regulamentações aguardaram a publicação da legislação relativa à Proteção de Crianças e Jovens e à Promoção dos seus Direitos, que aconteceu em setembro. A DGSS apenas irá promover esta ação em 2016.</li> </ul> <b>Área da Família e Comunidade</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidade de Inserção – (não publicada)</li> </ul> <b>Área da deficiência</b> - procedeu-se à regulamentação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lar residencial</li> <li>• Residência Autónoma</li> <li>• CAO (Não publicada)</li> <li>• Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)</li> </ul>
II.11 – Participação no grupo de trabalho para a revisão do regime jurídico da adoção e da proteção de crianças e jovens		A CNIS participou nos GT criados pelo Despacho n.º 1187/2014, de 17 de janeiro na sequência da Agenda Criança. Nessa sequência foram publicadas os seguintes diplomas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto-lei n.º 159/2015, de 10 de agosto – Criação da Comissão Nacional das Crianças e</li> </ul>

		<p>Jovens em Perigo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto-lei n.º 141/2015, de 8 de setembro - Regime jurídico do Apadrinhamento Civil</li> <li>• Decreto-lei n.º 142/2015, de 8 de setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo</li> <li>• Decreto-lei n.º 143/2015, de 8 de setembro – Regime jurídico da Adoção</li> </ul>
	II.12 - Negociações com as Frentes Sindicais relativamente à matéria da Contratação Coletiva	<p>Foi assinado CTT com a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em funções Públicas e Sociais.</p> <p>Esteve em negociação CTT com a Frente Sindical da UGT e foi denunciado CTT com a FEPCES</p>
	II.13 - Elaborar e promover junto das IPSS um Plano de Prevenção de Quedas das Pessoas Idosas	<p>Patrocínio da CNIS na publicação do Folheto “A sua saúde é importante para nós. Uma queda pode mudar a sua vida” da Fundação MAPFRE, traduzido e certificado pela Associação Portuguesa de Psicogerontologia – APP, Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia e ainda pela Direção Geral de Saúde.</p>
<b>III. Contribuir para a capacitação contínua dos dirigentes, trabalhadores e voluntários</b>	III.1 – Projeto FAS4 -Elaboração de candidaturas ao Portugal 2020, designadamente, (PO ISE) à ação “Formação, qualificação e apoio à modernização das organizações da economia social” com projetos de formação ação de apoio à qualificação institucional e implementação de processos de certificação da qualidade	<p>Foi apresentada uma candidatura à medida 3.36.Temos sido informados de que a nossa candidatura foi aprovada, continuamos, no entanto, a aguardar a sua comunicação formal.</p>
	<p>III.2 - Candidaturas à ação “Estudos/investigação-ação no âmbito da economia social “ que visem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção do trabalho em rede, a nível nacional e europeu, através da troca de experiências e a divulgação de boas práticas</li> <li>• Criação de um gabinete de apoio à economia social solidária</li> </ul>	<p>A promoção do trabalho em rede e a criação de um gabinete de apoio TÉCNICO são ações que integram a candidatura referida no ponto anterior. Os objetivos contidos nestes pontos foram integralmente conseguidos através da candidatura anteriormente referida.</p>
	<p>III.3 - Candidaturas a ações de âmbito nacional, designadamente, “Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral”, que visem a qualificação das respostas sociais e de saúde e a formação de técnicos especializados e ações de sensibilização/(in)formação no âmbito das reformas nos serviços sociais e de saúde</p>	<p>A candidatura na área da saúde está a ser elaborada pela Universidade de Évora, ao abrigo de um protocolo assinado entre a CNIS e a Universidade, em 17 de Novembro.</p>
	<p>III.4 - Realização de 8 ações de formação sobre “ Avaliação de Desempenho”</p>	<p>Realizaram-se 6 ações de formação sobre “ Avaliação de Desempenho”:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Madeira, nos dias 4 e 5 de fevereiro, com 34 participantes;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Santarém, nos dias 27 e 28 de janeiro e 24 e 25 de fevereiro, 48 participantes;</li> <li>• Coimbra, nos dias 3 e 4 de março, 28 participantes;</li> <li>• Porto, nos dias 10 e 11 de fevereiro e 24 e 25 de março, com 51 participantes;</li> </ul> <p>Relativamente ao previsto (8 ações) não foi possível realizar a ação nos Açores nem a segunda em Viseu. Total de participantes – 161</p>
	III.5 - Realização de 2 ações de formação sobre “Gestão de Finanças Pessoais e Comportamentais”	As 2 ações previstas não se realizaram dado que as pessoas inicialmente inscritas (2014), altura em que foi efetuada a primeira ação, não manifestaram, em número suficiente, interesse que justificasse o custo da ação
	<p>III.6 – Acompanhamento dos LIJ e CAT no processo de qualificação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento das necessidades sentidas pelas Instituições/equipas</li> <li>• Elaborar e promover um programa de melhoria e capacitar as equipas técnicas e educativas</li> <li>• Promover a elaboração de Manual de Boas Práticas quanto a iniciativas/programas de incentivo à participação das crianças/jovens acolhidos</li> </ul>	<p>O desenvolvimento desta ação, conforme planeada, foi prejudicado pelo atraso da publicação e regulamentação das respostas de protecção e Acolhimento de Crianças e Jovens. Procedeu-se, no entanto, à avaliação dos LIJ que não tinham aderido ao SERE+, em ordem à aplicação do previsto no Compromisso de Cooperação. Assim foram realizadas reuniões de trabalho com cada LIJ nessas circunstâncias e com a participação da Direção da Instituição, da Equipa Técnica e da Equipa Educativa. Em alguns casos também participou o Presidente da respetiva UDIPSS. Esta ação abrangeu a totalidade dos LIJ das IPSS associadas, sendo 2 da Guarda, 1 de Lisboa, 1 de Santarém, 1 de Faro.</p>
	<p>III.7 – Formação interna</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relacionamento interpessoal</li> <li>• Gestão organizacional</li> </ul>	<p>As ações de formação interna não foram realizadas. Iniciou-se o processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade</p>

#### IV. Outras ações

##### IV.1 - Assumir a representação no Comité Económico Social Europeu Revisão e aprovação dos Estatutos da CNIS

No sistema de rotatividade estabelecida pelo Governo na área social entre a CNIS, União das Misericórdias e Confederação das Famílias coube à CNIS assumir o mandato (2015-2019) representada pelo Presidente Sr. Pe Lino Maia. Foi designado como substituto o Dr. José Leirião (em caso de impossibilidade de presença do Pe. Lino Maia).

##### IV.2 - Comunicados/alertas às IPSS no Notícias à Sexta de temas/assuntos de seu interesse, nomeadamente:

- Ondas de calor
- Efeitos do consumo de carne
- Portugal 2020 – Programas Operacionais, candidaturas abertas e a abrir

#### **IV.3 - Criação do Gabinete de Apoio Técnico para apoio técnico às candidaturas ao Portugal 2020 e às IPSS**

#### **IV.4 - Lares de Apoio (deficiência) análise e caracterização dos seus utentes – importante para o conhecimento desta realidade e possível negociação de enquadramento**

#### **IV.5 - Negociação e assinatura dos seguintes protocolos:**

- **GALP** – com extensão à Região Autónoma da Madeira com o objetivo de disponibilização de um conjunto de condições comerciais específicas às instituições, com vista ao fornecimento de combustível, energia elétrica, gás natural, serviços técnicos e de eficiência energética.
- **Autoridade Nacional de Proteção Civil** com o compromisso de fixar um quadro de cooperação institucional, amplo e efetivo, com vista à promoção de iniciativas que melhorem as condições de vida dos cidadãos, nomeadamente os pertencentes aos grupos sociais mais vulneráveis, como é o caso da população idosa, das crianças e dos jovens, em áreas de interesse comum e no âmbito das respetivas competências.
- **Universidade de Évora** – nos domínios nomeadamente: Atividades nos domínios do ensino e da formação; Desenvolvimento em parceria de projetos de investigação de âmbito nacional e internacional; Promoção da prestação de serviços; Utilização de equipamentos e espaços; Estágios científicos e técnico (Ver Ações II.7 e III.3)

#### **IV.6 - Participação na Plataforma de Apoio aos Refugiados**

- Análise das várias possibilidades de intervenção da CNIS no âmbito da necessidade de responder ao problema do acolhimento e integração de refugiados reinstalados e realocados em Portugal;
- Preparação de material para divulgação da PAR, às associadas da CNIS no sentido de as informar das linhas de ação da plataforma e de as convidar a manifestarem interesse no acolhimento de famílias refugiadas;
- *Follow-up* das manifestações de interesse das instituições candidatas ao acolhimento de famílias refugiadas (contacto com as instituições proponentes, esclarecimento de dúvidas, seguimento do processo, sinalização de parceiros, etc.);
- Articulação com a PAR para a definição de um programa de formação em *e-learning* para os técnicos das instituições de acolhimento, bem como colaboração na organização / coordenação do curso e participação no processo de avaliação;
- Apoio e acompanhamento às instituições anfitriãs para o acolhimento de famílias refugiadas e organização de um programa de sensibilização também para as respetivas comunidades.

#### **IV.7 - Participação no GT para a criação da Base de Dados Permanentes das Entidades da Economia Social**

A CNIS participou num Grupo de Trabalho que funcionou no âmbito da CASES para a criação das bases de uma Base de Dados das IPSS e outras entidades que integram a Economia Social. A Base de dados será alimentada e atualizada de forma automática pela Segurança Social e INE. Além dos dados característicos fazem parte rácios económicos e financeiros. O acesso é permitido apenas às entidades registadas. Prevê-se que esta Base de Dados esteja activa durante o segundo trimestre do ano.

#### **IV.8 - Dimensão internacional da CNIS - Filiação em organização europeia**

A CNIS solicitou a sua filiação na organização europeia '*Social Economy Europe*' que integra as organizações de âmbito nacional dos países europeus e actua como *lobby* junto das instituições europeias como a Comissão e o Parlamento Europeu, no sentido da defesa das entidades de economia social. A aceitação da CNIS como

filiada será concretizada na próxima assembleia geral da instituição prevista para Junho próximo.

Analisado e aprovado em reunião de Direção de 29 de Fevereiro de 2016.

**A Direção,**

*Lino Maia*

*João Dias*

*José Leirião*

*Eleutério Alves*

*José Macário Correia*

*Maria de Lurdes Pombo*

*Maria João Quintela*

*José Baptista*

*Maria da Conceição Marques*



**PROPOSTA DE APLICAÇÃO  
DOS  
RESULTADOS LÍQUIDOS – 2015**

A Direcção propõe que os Resultados Líquidos do exercício de 2015, no valor de -112.225,81 € sejam transferidos para Resultados Transitados.

A Direcção,

*Lino Maia*

*João Dias*

*José Leirião*

*Eleutério Alves*

*José Macário Correia*

*Maria de Lurdes Pombo*

*Maria João Quintela*

*José Baptista*

*Maria da Conceição Marques*

## Entidade: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Balço em 31 de Dezembro de 2015

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2015	31-12-2014
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3, 6	193.170	195.584
Bens do património histórico e cultural		0	0
Propriedades de investimento		0	0
Ativos intangíveis	3, 7	651	2.355
Investimentos financeiros	3, 10	21.018	20.792
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associaods / membros		0	0
		<b>214.839</b>	<b>218.731</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		0	0
Cientes	3	25.615	1.876
Adiantamentos a fornecedores		0	0
Estado e outros entes públicos	13	4.258	71.732
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associaods / membros		0	0
Outras contas a receber	3, 10	171.851	1.336.064
Diferimentos		3.088	3.111
Outros activos financeiros		0	0
Caixa e depósitos bancários	4	888.365	65.827
		<b>1.093.177</b>	<b>1.478.610</b>
<b>Total do activo</b>		<b>1.308.016</b>	<b>1.697.341</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos		511.127	511.127
Excedentes Técnicos		0	0
Reservas		0	0
Resultados transitados		662.668	703.992
Excedentes de revalorização		0	0
Outras variações nos Fundos Patrimoniais		114.040	114.040
Resultado líquido do período		-112.226	-41.324
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>1.175.609</b>	<b>1.287.835</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0	0
Provisões específicas		0	0
Financiamentos obtidos		0	0
Outras contas a pagar		0	0
		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3, 10	3.221	293.718
Adiantamentos de clientes		0	0
Estado e outros entes públicos	13	5.939	5.641
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associaods / membros		0	0
Financiamentos obtidos		254	254
Diferimentos		0	0
Outras contas a pagar	3, 11	122.994	109.893
Outros Passivos financeiros		0	0
		<b>132.407</b>	<b>409.506</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>132.407</b>	<b>409.506</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1.308.016</b>	<b>1.697.341</b>

A Direção

O Contabilista Certificado

*Handwritten signature of the Director*

*Handwritten signature of the Certified Accountant*

Entidade: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período Findo em 31 de Dezembro de 2015

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	8	79.336	77.112
Subsídios, doações e legados à exploração	9	419.540	1.672.068
Variação nos inventários da produção		0	0
Trabalhos para a própria entidade		0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0	0
Fornecimentos e serviços externos		-532.143	-1.834.837
Gastos com o pessoal	11	-131.142	-94.063
Provisões (aumentos/reduções)		0	0
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0
Aumentos/reduções de justo valor		0	112
Outros rendimentos e ganhos	12	131.714	341.090
Outros gastos e perdas		-70.965	-199.670
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-103.659</b>	<b>-38.188</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7	-9.580	-8.962
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-113.239</b>	<b>-47.151</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		1.013	5.827
Juros e gastos similares suportados		0	0
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-112.226</b>	<b>-41.324</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0	0
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-112.226</b>	<b>-41.324</b>

A Direção

O Contabilista Certificado

*2015*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

# ANEXO

**Nota prévia:** As notas do Anexo são apresentadas de forma sistemática, não sendo incluídas as notas consideradas como não aplicáveis

## **1 — Identificação da entidade:**

### **1.1 — Designação da entidade:**

CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

Rua da Reboleira, nº 47

4050 – 492 Porto

NIF: 501 146 253

### **1.2 — Natureza da atividade:**

A entidade tem por finalidade defender e promover o quadro de valores comum às instituições particulares de solidariedade social.

A CNIS tem ainda como finalidades principais:

- Representar, promover e assumir a defesa dos interesses comuns das instituições particulares de solidariedade social;
- Coordenar a atividade das associadas relativamente a quaisquer entidades públicas e privadas;
- Promover o desenvolvimento da ação das instituições particulares de solidariedade social e apoiar a cooperação entre as mesmas na realização dos respetivos fins; e
- Contribuir para o reforço da organização e do papel de intervenção das instituições particulares de solidariedade social no seio das comunidades.

Para a realização das suas finalidades, são atribuições da CNIS:

- Realizar ações que visem o reforço de cooperação e do intercâmbio, bem como o conhecimento recíproco das instituições;
- Organizar serviços e ações de apoio às instituições particulares de solidariedade social, suas federações e uniões;
- Criar e fomentar oportunidades e programas de formação profissional e medidas de inserção social, quer segundo projetos da sua própria iniciativa, quer mediante acordos com outras entidades públicas ou privadas;
- Celebrar convenções coletivas de trabalho;

- Estimular a investigação, compilar e divulgar documentação, realizar reuniões, cursos, colóquios, conferências, debates ou encontros e intervir nos órgãos de comunicação social, no âmbito das finalidades que prossegue.

## **2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

**2.1** — As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo - NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

As demonstrações financeiras encontram-se apresentadas à moeda de Euro e arredondadas à unidade.

**2.2** — *Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

**2.3** – *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.*

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspectos com as do período anterior.

## **3 — Principais políticas contabilísticas:**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

### **3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação e
- Informação comparável.

### **3.2 — Outras políticas contabilísticas:**

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

#### **3.2.1 – Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

No caso dos bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, os bens são mensurados a justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo que figuravam na sua contabilidade. A quantia assim considerada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração do reconhecimento.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

#### **3.2.2 – Ativos Intangíveis**

Um ativo intangível deve ser mensurado inicialmente pelo seu custo, o qual deve ser determinado como preconizado para os ativos fixos tangíveis.

A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, tal como previsto para os ativos fixos tangíveis. A amortização deve cessar na data em que o ativo for desreconhecido.

#### **3.2.3 – Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.



### **3.2.4 – Subsídios**

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança que:

- a) a entidade cumprirá as condições a ele associadas;
- b) os subsídios serão recebidos.

### **3.2.5 – Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

### **3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro:**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

### **3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas:**

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

Os eventos futuros poderem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

## **4 — Fluxos de Caixa:**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto.

### **4.1 — Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso**

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

### **4.2 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário e depósitos bancários, detalha-se como segue:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Caixa	111 €	426 €
Depósitos bancários	113 254 €	65 401 €
Outros depósitos bancários	775 000 €	0 €
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>888 365 €</b>	<b>65 827 €</b>

## **5 — Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

**5.1 — Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:**

**a) A natureza da alteração na política contabilística;**

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

**b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;**

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

## **6 — Ativos fixos tangíveis:**

**6.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:**

**a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

Em 2014 foi doado à CNIS o imóvel na Rua da Reboleira – Porto. O referido imóvel foi doado na condição de ser utilizado como sede da CNIS, estando sujeito uma cláusula de reversão caso se deixe de cumprir a condicionante de doação do imóvel.

**b) Os métodos de depreciação usados;**

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

**c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;**

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

*d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e*

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>				
- Terrenos e recursos naturais	6 671 €		6 671 €	
- Edifícios e outras construções	190 973 €	13 427 €	190 973 €	17 246 €
- Equipamento administrativo	43 968 €	32 601 €	49 049 €	36 277 €
- Outros ativos fixos tangíveis	2 692 €	2 692 €	3 073 €	3 073 €
<b>Total</b>	<b>244 305 €</b>	<b>48 720 €</b>	<b>249 766 €</b>	<b>56 596 €</b>

*e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.*

Descrição	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activo Bruto					
Saldo a 31 de dezembro de 2014	6 671 €	190 973 €	43 968 €	2 692 €	244 305 €
Aquisições			5 081 €	380,51	5 462 €
Revalorizações					- €
Alienações					- €
Saldo a 31 de dezembro de 2015	6 671 €	190 973 €	49 049 €	3 073 €	249 766 €
Depreciações e perdas imparidade acumuladas					
Saldo a 31 de dezembro de 2014		13 426 €	32 601 €	2 692 €	48 720 €
Depreciações do período		3 819 €	3 676 €	381 €	7 876 €
Alienações					- €
Saldo a 31 de dezembro de 2015	- €	17 246 €	36 277 €	3 073 €	56 596 €
<b>Valor líquido</b>	<b>6 671 €</b>	<b>173 727 €</b>	<b>12 771 €</b>	<b>- €</b>	<b>193 170 €</b>

## **7 — Ativos intangíveis:**

**7.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:**

**a) As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;**

Ativos Intangíveis	Número de anos
Programas de computador	3

**b) A quantia escriturada bruta e a amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e**

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Amortizações acumuladas
<b>Ativos intangíveis</b>				
- Programas de computador	5.112 €	2.758 €	5.112 €	4.462 €
<b>Total</b>	<b>5.112 €</b>	<b>2.758 €</b>	<b>5.112 €</b>	<b>4.462 €</b>

**c) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**

Descrição	Programas de computador	Total
Activo Bruto		
Saldo a 31 de dezembro de 2014	5 112 €	5 112 €
Aquisições		- €
Transferências/Outros		- €
Alienações		- €
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2015</b>	<b>5 112 €</b>	<b>5 112 €</b>
Amortizações e perdas imparidade acumuladas		
Saldo a 31 de dezembro de 2014	2 758 €	2 758 €
Depreciações do período	1 704 €	1 704 €
Transferências/Outros		- €
Alienações		- €
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2015</b>	<b>4 462 €</b>	<b>4 462 €</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>651 €</b>	<b>651 €</b>

**8 — Rédito:**

**8.1 — Uma entidade deve divulgar:**

**a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

**b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:**

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Prestação de serviços	79 336 €	77 112 €

## **9 — Subsídios do Governo e apoios do Governo:**

### **9.1 — Devem ser divulgados os assuntos seguintes:**

**a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras;**

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar déficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como “Subsídios à exploração” na demonstração dos resultados.

**b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado;**

Entidade	2015	2014
Instituto Segurança Social	332 964 €	459 014 €
IEFP	69 976 €	89 889 €
POPH	0 €	954 711 €
POAT FSE	0 €	89 197 €
CIG	0 €	67 816 €
<b>Total</b>	<b>402 940 €</b>	<b>1 660 627 €</b>

Durante o exercício de 2015 verificou-se o termo dos projetos POPH, POAT FSE e CIG. À data de 31.12.2015 apenas se encontra em vigor o apoio de cooperação IEFP, estando à data das demonstrações financeiras em apreciação o pedido de pagamento relativo ao 4.º trimestre de 2015.

**c) Principais doadores/fontes de fundos**

Os principais doadores de fundos foram pessoas coletivas.

## **10 — Instrumentos financeiros:**

**10.1 — Uma entidade deve divulgar as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.**

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, se estivermos perante instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado.

## **11 — Benefícios dos empregados:**

**11.1 — As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano.**

O número médio de empregados no exercício foi de cinco.

**11.2 — Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.**

A Direção é constituída por nove membros.

## **12 — Outros Rendimentos e Ganhos:**

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos é constituída por:

Descrição	2015	2014
Candidaturas FRSS - Fundo Reestruturação Setor Solidário	65.500 €	285.000€
Apoio Financeiro CASES	25.000 €	30.344 €
Outros	41.214 €	25.746 €
<b>total</b>	<b>131.714 €</b>	<b>341.090 €</b>

## **13 — Outras informações:**

### **Dívidas ao Estado e à Segurança Social:**

Informa-se que a Entidade à data de encerramento das contas do período de 2015 tem a sua situação "regularizada" perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

A Direção

Porto, 02 de março de 2016



Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		477.438	83.240
Pagamentos a fornecedores		-844.977	-1.676.322
Pagamentos ao pessoal		-125.129	-91.181
Caixa gerada pelas operações		-492.668	-1.684.262
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-23	-512
Outros recebimentos/ pagamentos		1.318.422	1.449.608
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		825.730	-235.166
<b>Fluxos de Caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-5.462	-60.833
Activos intangíveis		0	-1.951
Investimentos financeiros		-227	-51
Outros activos		0	0
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		870	0
Activos intangíveis		0	0
Investimentos financeiros		0	0
Outros activos		0	0
Subsídios ao investimento		0	0
Juros e rendimentos similares		1.626	13.291
Dividendos		0	0
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-3.192	-49.544
<b>Fluxos de Caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0	0
Realização de fundos		0	0
Cobertura de prejuízos		0	0
Doações		0	0
Outras operações de financiamento		0	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0	0
Juros e gastos similares		0	0
Dividendos		0	0
Redução de fundos		0	0
Outras operações de financiamento		0	0
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0	0
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		822.538	-284.710
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0	0
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		65.827	350.538
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	888.365	65.827

A Direção

O Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*